

Na Constituinte, as fraquezas de Sarney

Com o passar dos dias e das noites, sem que sejamos atingidos pela graça de um Deus brasileiro, o País vai-se dando conta de que a Constituinte foi mesmo um excelente tema de campanha, não se prestando, a julgar pelo que foi visto até agora, para salvar-nos das nossas maiores dificuldades.

Pelo contrário, uma sensação de desapontamento coletivo cerca o trabalho dos parlamentares e cria a expectativa de que a nova Carta representará o encerramento de uma fase da vida política brasileira, significando, em contrapartida, o início de algo novo e imprevisível, que poderá assumir feição mais assustadora do que a da crise eterna em que vivemos.

Os dados disponíveis até o momento indicam que os constituintes estão propensos a criar um sistema de governo singular, não conhecido em qualquer outra parte do planeta. Não será nem um parlamentarismo puro nem um presidencialismo autoritário, segundo o dizer do relator Bernardo Cabral, que encontrou essa forma magnífica para confessar que não sabe ainda o que lhe sairá da pena.

Há originalidade nisso? Tratando-se de uma elaboração de Constituição, é claro que há. Não se tem notícia de que qualquer outro Parlamento se mostrasse empenhado em transpor para o texto constitucional o artificialismo derivado das fraquezas pessoais dos governantes. O que se presencia no momento é a tentativa clara, sem disfarces, de exprimir no futuro sistema de governo a debilidade de um presidente da República que não soube dar o murro na mesa na hora certa e acabou prisioneiro das próprias fragilidades.

O que os parlamentares talvez não distingam é a transitoriedade desse quadro. Refleti-lo na nova Carta, assim como as leis ordinárias do período ditatorial refletiram seguidos casuísmos, representa o erro maior, pelo qual o País poderá pagar caro.

Muitas vezes quem está na floresta enxerga melhor as árvores, mais próximas, e não vê a mata como um todo. Com inúmeros políticos brasileiros ocorre o mesmo, o tipo político em que nos metemos, sendo poucos os que percebem a grande evidência: assim como em outras épocas de nossa história, o País não tem um governo eficiente — e este é o nosso grande problema. Desta vez, porém, há uma diferença: além de estarmos meio sem governo, estamos também sem oposição.

Quando não existia bom governo mas havia uma oposição atuante, restava a esperança de que o revezamento de partidos no poder resolvesse o renitente problema da incompetência administrativa. Veio esse revezamento, uma nova legenda ocupou o comando mas desfez as ilusões, porque impôs uma administração até pior do que as anteriores.

É nesse quadro de incompetência administrativa que deve ser analisada a tendência dos constituintes

no sentido de modificar o regime presidencialista, uma tradição brasileira. Tendo em vista a presença, no poder, de um presidente fraco, cuida-se de deixá-lo unicamente como chefe de Estado, fazendo com que a tarefa de administrar seja delegada quem sabe a um primeiro-ministro.

Da última vez que o País enfrentou problema semelhante tentou-se igualmente a solução parlamentarista, que não deu certo. Quem não se lembra de que o falecido presidente João Goulart, metendo os pés pelas mãos na tarefa de comandar o País, acabou enfraquecido e teve de engolir um primeiro-ministro? Pois bem, tanto o presidente como seus primeiros-ministros — inclusive Tancredo Neves — saíram desmoralizados dessa experiência infeliz.

Agora, em virtude da comprovada ineficiência do atual governo, a Assembléia Nacional Constituinte inclina-se pela mudança do regime, como se isso pudesse resolver o problema da incompetência administrativa. Curiosamente, depois de ter cedido a mais não poder aos políticos, como forma de manter-se no cargo, o presidente José Sarney dá mostras de inconformismo e promete lutar pelo presidencialismo.

Ao mesmo tempo, em discurso amplamente divulgado, fez o elogio público das Forças Armadas, causando com isso a impressão de que, por iniciativa própria, começa a fazer um novo tipo de concessão. Ou seria uma ameaça? Caso não consiga, por meio da negociação política, chegar ao ponto que o interessa, estará o presidente da República tentado a rever sua forma de sustentação do poder?

Nos últimos tempos, em função do processo de degradação moral por que passa o País, aliado ao descontrole da economia, são inúmeros os políticos que apregoam como fato inevitável o retorno da influência militar no governo. Há até os que fazem a defesa desse processo, esquecidos, quem sabe, de nossa história recente.

Caso a Constituinte reflita no texto final situações indesejadas pelos governados — e a amostragem conhecida traz essa preocupação — não será surpresa se aumentar o caudal daqueles que se sentem capazes de novamente bater às portas dos quartéis. É preciso, portanto, que os parlamentares não cedam à tentação de invenções político-jurídicas que encerram sempre o risco de provocar resultado antagônico ao desejado.

É nesse contexto que se insere o "monstro" em gestação representado por uma forma de governo não testada. Os constituintes parecem esquecidos de que o presidente José Sarney vem de um acidente de nossa história e chegou ao poder sem estar preparado para tanto. Os demais, todavia, serão escolhidos pelo voto direto e livre, de conformidade com a vontade dos eleitores. Enfim, seria preferível que os constituintes olhassem para o futuro, não para o presente.